

Geopolítica eurasiana



Por **MARTÍN MARTINELLI***

Aliança sino-russa mais Irã, oposição geopolítica ao eixo anglo-saxão

A mudança geopolítica desde a década de 1990 foi iniciada pela implosão da União Soviética. Manifesta-se no desmantelamento da sua área de influência, bem como no avanço da OTAN para o Báltico e para a fronteira russa. A internacionalização produtiva se intensificou por meio de cadeias globais de valor.

Desde a unipolaridade os Estados Unidos lideraram invasões no Oriente Médio, Norte da África e Ásia Central, além de aumentar o cerco à China e à Rússia. De 2001 até o presente a crise de 2008 é o divisor de águas. A segunda década do século atual presenciou a reincorporação da Rússia ao poder decisório mundial por meio de sua máquina de guerra e o ressurgimento da China pelo alcance de seu potencial econômico.

O novo imperialismo (2001) as intervenções de 2001-2003, o deslocamento geopolítico de 2008, acentuado em 2013-2015, para chegar ao momento atual. A ascensão da China e a recomposição levaram os Estados Unidos a declarar o “pivô asiático” em direção à China para cercá-la. Em contrapartida, promove a “*Belt and Road Initiative*” (BRI) desde 2013. Os Estados Unidos em parte, a Rússia e a China (ordem tripolar?) impõem sua presença econômica e diplomática. Lá, potências subimperialistas como Arábia Saudita, Turquia e Irã (em oposição a Washington), além do coimperial Israel, influenciam outros atores não hegemônicos.

A região da Ásia Ocidental é um nó intersticial do eixo eurasiano, como as últimas três décadas mostraram. A área detém cerca de 65% das reservas comprovadas de petróleo e gás do planeta e é fundamental devido à sua proximidade com a China e a Rússia. Nucleia etapas centrais para o comércio internacional e seu transporte: o Estreito de Ormuz, o Canal de Suez e o Estreito de Bab el-Mandeb, além dos Estreitos de Dardanelos e Bósforo. Da mesma forma, destaca-se sua participação com uma das maiores aquisições de armamento e logística militar.

Irã, Iraque e Afeganistão, países estratégicos da Eurásia, passaram de subscritores da política ocidental a inimigos desta, em três décadas consecutivas, a primeira desde 1979 (imediatamente seguida pela Guerra Iraque-Irã de 1980-88), a segunda 1991 (então desde 2003) e a terceira 2001, ambas por invasão direta, estas duas cercam a primeira.

Uma das maiores lutas atuais se desenrola nesse cenário de disputa efetiva, pelo menos desde a segunda metade dos séculos XX e XXI, ou seja, a independência política desses “novos países”. Ao mesmo tempo, vemos o declínio do atlantismo e da anglosfera após quatro séculos - ou até menos - de domínio ocidental.

Imperialismo clássico e o novo imperialismo

O imperialismo anda de mãos dadas com as mudanças nos processos de acumulação, alterando a hierarquia geopolítica e

as formas de dominação mundial. A fase clássica caracteriza-se pela colonização dos espaços, no período entre 1880-1914. A segunda etapa começa com confrontos interimperialistas diretos, podendo ser periodizada até a década de 1970 e a crise do petróleo. A fase do novo imperialismo é vislumbrada na década de 1980, começaria após o desmembramento da URSS e as invasões diretas do Oriente Médio expandido.

Esta nova dominação assenta na actualização da concepção clássica de Vladimir I. Lênin, que debate com Karl Kautsky, uma visão de rivalidade com outra de associação interimperial. Nas últimas quatro décadas, um breve período unipolar foi atravessado por dois fenômenos. Uma mudança geopolítica gravita em torno do ressurgimento da Eurásia, com a Ásia-Pacífico como a locomotiva econômica. Uma asianização econômica desafia a tríade (EUA, Europa e Japão), devido ao declínio industrial dos EUA e à competição hegemônica. No Oriente Médio, a devastação deixa vários países em estado crítico, e então se desenvolve a geopolítica eurasiana contra o imperialismo.

Os Estados Unidos permanecem como a superpotência protetora do capitalismo global. Explora o complexo MICIMAT: Militar-Industrial-Contra-Inteligência-Mídia-Academia-Think Tank e a ideologia do “choque de civilizações”. A ação imperial é recriada por meio do belicismo e aí reside uma diferença crucial com a forma de expansão chinesa. Não se trata apenas das lutas pelo poder, de indivíduos ou países, mas das tendências de acumulação capitalista em escala global. Uma forma atual de dominação é instituída por meio de bases militares em espaços aliados ou ocupados pelos poderes.

O neoimperialismo resume cinco características: (i) o novo monopólio da produção e circulação; (ii) o novo monopólio do capital financeiro, a financeirização econômica; (iii) o monopólio do dólar norte-americano e da propriedade intelectual, - que gera a distribuição desigual da riqueza -; (iv) o novo monopólio da aliança oligárquica internacional - política monetária e ameaças de guerra -; (v) a essência econômica e a tendência geral. Em suma, o imperialismo é uma política de dominação levada a cabo pelos poderosos do planeta através dos seus Estados.

Transições geopolíticas recentes

Desde as décadas de 1980 e 1990, o capitalismo foi reestruturado em direção a políticas neoliberais e sua fase neoimperialista. A recomposição da nova Rússia e o crescimento exponencial da economia chinesa combinaram-se com o declínio do eixo europeu franco-alemão e do Japão. A aliança sino-russa começou em julho de 2001 com a criação da Organização de Cooperação de Xangai (SCO), uma parceria estratégica abrangente. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), quatro meses depois, ocupou o Afeganistão após 11 de setembro de 2001 com 300.000 soldados.

As incursões buscavam derrubar países não alinhados com suas políticas, como Iraque ou Afeganistão. Além de evitar o fortalecimento de potenciais rivais como a China, novo centro de acumulação de capital e dependente da oferta de hidrocarbonetos, ou a Rússia (*Wolfowitz Doctrine*, 1992). Mas os EUA ficaram atolados no Iraque, em uma guerra de contrainsurgência, declinando sua hegemonia sobre o Oriente Médio.

O roteiro indicava como alvos os supostos “eixos do mal” da “civilização ocidental”. Acusaram a Síria, o Iraque (dois dos nacionalismos laicos mais consolidados em meados do século XX, com uma ideologia baathista), o Afeganistão, a Líbia e o Irã, mas também países de outras latitudes como a Venezuela, a Coreia do Norte, a agora ex-Iugoslávia e outros, dispostos a desenvolver algum tipo de autonomia.

As rebeliões nos países do Oriente Médio e Norte da África, em 2011, foram marcadas pela invasão da Líbia pela OTAN. Em 2013/14, a oposição sino-russa impediu o iminente ataque dos EUA-OTAN à Síria. Esta nova ordem mundial manteve o seu cenário de confronto, pela sua posição geoestratégica e geoeconómica, pelas vias marítimas e terrestres, pela proximidade ao Heartland, e pela sua preeminência energética.

Os EUA usam o dólar como moeda de troca e reserva de valor e, para consolidá-lo, mobilizam seu exército. Desde 2001,

“War on Terror”, depois 2011, “Asian Pivot”, aborda a “rivalidade entre as grandes potências”, até agora em espaços intermediários na Ucrânia, Taiwan, Sahel ou Irã.

Na crise sistêmica, a fissura interna dos Estados Unidos entre o globalismo do litoral e o americanismo do interior dificulta sua projeção externa. Mantém sua primazia financeira e tecnológica, diante de sua crise interna. Não é um declínio inexorável do imperialismo dos EUA, que, como estrutura mundial de dominação, é hierárquico com sub-impérios e apêndices, mas não é a governança mundial.

O gigante asiático se consolida como o maior motor do crescimento econômico global. O *Belt and Road*, uma aposta geoeconômica hegemônica com contradições, se opõe às ações da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para reconfigurar o Grande Oriente Médio desde 1991. Ao consolidar Pequim, representa um desafio e gera tensões de todo tipo para os americanos hegemonia.

A Nova Rota da Seda (BRI) ou a *Eurasian Land Bridge*

O mapa do poder mundial descreve a aliança entre a Rússia, a China (o objetivo dos EUA nunca se juntar) e o Irã. Em 2013, Vladimir Putin alertou contra a tentativa dos EUA de reconstruir um mundo unipolar. Barack Obama reafirmou a “excepcionalidade americana” que lhe permitiria liderar o mundo e assim defender os interesses mundiais.

Com altos e baixos, as potências que ficaram com papéis mais regionais ou mais globais são Japão, Rússia (e URSS), Estados Unidos, França, Grã-Bretanha e Alemanha. Nos últimos dois séculos, a China se transformou de uma situação semicolonial, periférica, através de um constante aperfeiçoamento a partir da Revolução de 1949, para ascender a um país central e hegemônico, em um caso inédito. Os últimos movimentos tectônicos denotam a importância do Índico e do Pacífico, em comparação com a preeminência anterior do Atlântico; se repararmos, nos portos mais movimentados do mundo.

A maioria da população mundial interage no território eurasiano, cenário de multipolaridade, recursos, variedade cultural e lingüística. A China representa a ascensão da Ásia-Pacífico, a Rússia o poder político-militar, territorial e imensos recursos naturais. A Europa é representada por sua tríade: eixo britânico e franco-alemão. No entanto, a irrupção geoeconômica sem precedentes é a China, cuja erradicação da pobreza em benefício de quatrocentos milhões de pessoas no último meio século exemplifica esse potencial, juntamente com a reversão de sua superprodução e excedentes para o resto do mundo.

A terceira potência em disputa é Moscou, um desafiante geopolítico e militar, não tanto economicamente. A prioridade imediata é o assédio naval no Mar da China, uma área vital do comércio mundial. Os Estados Unidos agregaram o AUKUS à OTAN, juntamente com a Austrália, a Grã-Bretanha e também reativaram o QUAD, uma espécie de “OTAN do Pacífico” junto com o Japão, a Austrália e a Índia. Isso envolveria o “Colar de Pérolas” do corredor marítimo da BRI do lado de fora. Enquanto isso, a China lidera a Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP), entre quinze nações da região da Ásia-Pacífico - como Japão, Austrália, Indonésia, Filipinas e Vietnã.

A estratégia dos EUA é contrariada pela aliança russo-chinesa, que se une parcialmente à Ásia Central (espaço pós-soviético) e ao Irã (tratado de 25 anos). Em situações intermediárias, inclina-se para o Paquistão (tradicional aliado nuclear dos EUA) e a Turquia (membro da OTAN) de acordo com o planejamento do BRI (Teerã-Istambul) com sua posição geoestratégica, um dos corredores econômicos para alcançar para a Europa.

A doutrina “Uma China” exerce sua soberania sobre territórios coloniais como Hong Kong e Taiwan. Seu aparato militar se

prepara enquanto ele proclama sua ação pacífica. O “século da humilhação”, desde a Guerra do Ópio em 1841 até 1949, quando foi fundada a República Popular da China. Desde 2015, foi desenhado um roteiro tecnológico, “*Made in China 2025*”, com o objetivo de estreitar sua lacuna; até 2035, fortalecer sua posição e, até 2045, liderar a inovação global.

A integração econômica da BRI com a Rússia e a Europa, juntamente com a intenção de desenvolver o interior do país (como Xinjiang) e garantir energia do centro da Eurásia. Além de restringir a presença estadunidense e construir rotas que os militares estadunidenses não poderiam interromper em caso de maior confronto.

A linha férrea - construída e projetada - juntamente com as linhas marítimas e terrestres conectam a Eurásia. A rota tem diretrizes comerciais, industriais, de transporte, ciência e tecnologia. A estratégia se resume na paz para sua economia e seu status global, estabilizando a situação econômica e política global. À extensão de sua esfera de influência, seus concorrentes respondem com rivalidade geopolítica na região do Indo-Pacífico.

Dois séculos de predominância marítima, as sucessivas hegemonias britânica e norte-americana, intercalam-se com esta resolução terrestre (reduz o tempo a um terço do necessário por mar) - as potências talassocráticas contra as telurocráticas. Transforma a geografia da Eurásia central, após as invasões dos Estados Unidos, num “reordenamento” mas em termos desiguais. A Rússia, em 2015, com o apoio tácito da China intervém com seu exército. A Rússia e os Estados Unidos diferem na proximidade ou afastamento geográfico onde intervêm e na implantação norte-americana pelo mundo com as suas bases militares.

Aliança sino-russa mais Irã, oposição geopolítica ao eixo anglo-saxão

A aliança sino-russa junto com o Irã delineia um triângulo estratégico. A Rússia recuperou proeminência no quadro geopolítico global. No espaço pós-soviético, desenrola-se outra parte da luta hegemônica e de recursos, onde a OTAN avançou para leste.

A China, depois de ser uma potência mundial e asiática, passou por um período de invasões e tentativas de colonização, primeiro pelos ingleses e depois pelos japoneses. E embora tenha armas nucleares e faça parte do Conselho de Segurança da ONU, não tem seguido a política de agressão dos outros quatro. Segundo acadêmicos chineses, “o consenso de Pequim” desenvolve um comportamento circunspecto, uma lógica geopolítica de sharp power (sharp power), um tipo de interferência diferente daquela das forças apenas diplomáticas (soft power) ou das respostas americanas de guerra dura (hard power) .) e interferência política.

A política do pivô asiático americano - e da OTAN - busca impedir a implantação do BRI. Os Estados Unidos são imperialistas, sua posição é de agressão, os lugares para onde dirigem suas frotas estão a milhares de quilômetros de seu território. O país norte-americano com sua geografia insular esteve envolvido em guerras exceto por dezenove anos de sua história.

Esse repositionamento da Eurásia é representado, em parte, por esse eixo tripartite, embora a desconexão com a Alemanha seja outra questão central. A China assume uma reação defensiva, destacando-se o seu planeamento de longo prazo e peso demográfico. A sombra é outra forma de compartilhamento de poder multipolar. Ainda não se sabe se e em que medida isso beneficia o resto do mundo.

Potências subimperialistas

a terra é redonda

As transformações em uma região importante para a competição hegemônica refletem ou precedem as variações sistêmicas globais. As tensões globais repercutem ali por meio de confrontos indiretos, rebeliões populares e flutuações de alianças. Os gendarmes periféricos não contradizem a independência de atuação daqueles países, mas confirmam o nível de intervencionismo na região. Basta observar os sucessivos mapas do Oriente Médio, suas independências e suas guerras (1916, 1948, 1967, 1973, 2001, 2021) para verificar o clima de confronto.

O papel dessa região passa pela energia global (produção, trânsito), refugiados, segurança do Golfo Pérsico, não proliferação nuclear, islamismo político, atores não estatais (como Hezbollah e Hamas), questão israelo-palestina, guerras civis como na Síria, tensões regionais (como a rivalidade saudita-iraniana), o BRI chinês, mais a independência dos sub-impérios, revoltas populares, batalhas democráticas e resistência anti-imperialista.

Após a implosão da União Soviética, delineia-se uma reconfiguração simbólica e material do mapa, que repercutiu na belicosidade regional, quando os EUA invadiram os países que haviam apoiado na década anterior dos anos 80, Iraque (contra o Irã) e Afeganistão (o "Vietnã" da URSS). O propósito de dominar o mundo, no século XXI, passa pela energia, alimentação, tecnologia e segurança. Esta beligerância foi coberta pela caracterização do inimigo muçulmano como o adverso per se do "Ocidente" em vez do "Urso Vermelho".

Nas últimas duas décadas, 2001-2021, os Estados Unidos iniciam suas invasões diretas na área no Iraque (1991, 2003-2021), Afeganistão (2001-2021), divisor de águas, crise capitalista de 2008, Líbia (2011), interferência na Síria (2012) e no Iêmen (2015). Além disso, o apoio incondicional a Israel contra os palestinos e o Hezbollah, a aliança com a Arábia Saudita e o surgimento do ISIS (2014), além do acordo nuclear com o Irã (2015). Esses ataques pararam até hoje, com países devastados, milhares de refugiados e consequências sociais críticas.

As subpotências localizadas no Oriente Médio, Turquia, Irã, Arábia Saudita e Israel, competem por diferentes áreas de influência. Dois são vistos como herdeiros dos impérios otomano e persa; a peninsular, no que diz respeito às expansões árabe-muçulmanas para o Norte de África e Europa; no colonial, o "Grande Israel" não concorda com nenhum império. A certa altura, isso equivale às percepções russas e chinesas de si mesmos e difere dos americanos por ser uma colônia que virou império.

O carácter subimperial da Turquia, membro da NATO e ligada ao Pentágono, verifica-se na sua intervenção nos conflitos regionais, na repressão aos curdos ou nas controvérsias com o Irã. No entanto, oscila entre a associação e certas dissidências com respeito aos Estados Unidos. Como local de trânsito e ligação, a diferença com os seus vizinhos é que não se sustenta em reservas de gás natural e petróleo, mas sim no comércio e no turismo.

O Irã domina o Golfo Pérsico com seu território, uma ponte entre a Ásia Central ou a China para o Mediterrâneo. Aliada da Rússia e da China, da Índia (construiu um porto no Irã, para evitar o Paquistão) que, junto com a Rússia, são seus principais fornecedores de petróleo e gás. Para a China, o país persa é transcendental no BRI. Para a Rússia, é fundamental neutralizar a Quinta Frota dos Estados Unidos, baseada no Catar. Por sua vez, os eixos Irã-Iraque-Síria-Líbano (com o Hezbollah) e Palestina (com o Hamas) constituem uma oposição a Israel e aos americanos na região. O Irã possui a segunda maior reserva de gás do mundo e a terceira maior de petróleo, um vasto território em uma área chave, o oposto do fiel aliado do "Império do Caos".

Os interesses, alianças e papéis de países subimperialistas como Turquia e Irã -com ambivalência-, e aliados históricos do *hegemon* como Israel (co-imperial) e Arábia Saudita. Por sua vez, esses países resolvem suas diferenças em terceiros países, mas não se confrontam diretamente, nem as superpotências. A rivalidade é observada em suas áreas de influência, com os países do Golfo cujo destaque é cada vez maior. Um novo paradigma se abre a partir da recente reconciliação entre a Arábia Saudita e o Irã.

Israel é um co-império com uma "vantagem militar qualitativa" patrocinada por seu aliado. Aborda os países árabes, localizados em estreitos marítimos importantes como Bahrein, Emirados Árabes Unidos (EAU), Sudão e Marrocos de forma

aberta, assim como poderíamos acrescentar a Arábia Saudita de forma subterrânea. Em, os Emirados Árabes Unidos o aproximam da costa oposta do Irã no Golfo Pérsico. Israel sufoca e coloniza a Palestina, bombardeia ciclicamente a Faixa de Gaza, bloqueia-a por terra, mar e ar, uma prisão a céu aberto.

O Afeganistão, o “Vietnã da URSS”, é um país estratégico para a OTAN. Forneceria uma vantagem geopolítica única sobre a China, Rússia, Índia e Irã, sendo a plataforma para se engajar na Eurásia. As guerras induzidas pela OTAN no Afeganistão, Iraque, Líbia, Síria ou Iêmen interromperam a existência de pelo menos cem milhões de pessoas nesta região nas últimas três décadas.

A reconfiguração material transforma as territorialidades através da intervenção direta ou indireta. O conceito de sub-império hierarquiza os poderes capitalistas em estado de guerra, latente ou permanente. Atores locais cujos interesses e interações são ambivalentes para as superpotências. Turquia, a oposição ao Irã e a reaproximação com o tratado nuclear, e a aliança com a Arábia Saudita.

Declínio hegemônico e ascensão chinesa

Após a crise mundial de 2008, na região do “mundo árabe” eles se revoltaram desde 2011, depondo assim monarquias ou governantes de longa data. No entanto, a contra-revolução repressiva desferiu vários golpes naquele movimento. As transformações da década de 2010 expuseram como os Estados Unidos desviaram em sua política para redirecioná-lo para a China e a Rússia.

A guerra contra o Iraque isolaria o Irã como um passo antes de sua destruição, havia dois regimes de oposição como o líbio e o sírio. Na Síria estão as únicas bases militares que permitiram a Moscou projetar seu poderio naval e aéreo sobre o Mediterrâneo. A ofensiva do chamado Estado Islâmico contra o regime sírio - apoiado pelos EUA, Israel, Turquia e Arábia Saudita - teve como alvo a Rússia e o Irã, que, da Síria, apoiava o Hezbollah. Daí a decisão da Rússia, apoiada pela China, de se envolver em setembro de 2015.

Na Síria, o conflito devastou sua população. Enquanto a Líbia ficou em uma situação de potencial desintegração e divisão do estado em três regiões. As fronteiras terrestres do Irã, que sofreu inúmeras sanções econômicas, são cercadas por bases militares dos Estados Unidos. Aproxima-se assim do Golfo Pérsico e do Oceano Índico, de interesse chinês.

No Oriente Médio, os EUA estão em um revés, por não cumprirem seus planos, de transformar cinco países em quatorze ou de balcanizar vários Estados. Embora tenha destruído vários países, a entrada da China e da Rússia, assim como a influência do Irã, mudou seu roteiro. A tentativa de redesenho imperial está em sintonia com a aplicada pela França e pela Inglaterra no início do século XX.

A desestabilização da região, batizada erroneamente de “Guerra Global ao Terror”, aniquilou 900 mil pessoas, causou 38 milhões de refugiados e deslocados internos no Afeganistão, Paquistão, Iêmen, Síria, Iraque, Somália, Filipinas, Líbia e Síria, além da questão Palestina. Prejudicou pelo menos cem milhões de vidas. A mudança externa tornou-se evidente porque a Rússia e a China, duas potências em recomposição, intervieram de diferentes formas na região, e impactaram além das rebeliões populares e potências subimperiais.

O Oriente Médio e a Eurásia se constituem como espaços decisivos do sistema mundial. Os Estados Unidos apostam na preservação de sua hegemonia mundial. Procura manter a supremacia das armas espalhadas pelo mundo, além de uma série de subpoderes de parceiros ou seguidores em momentos-chave e por suas características. Em nossa América veremos se o confronto entre os blocos Estados Unidos-Europa com a aliança estratégica Rússia-China gera novos realinhamentos. Resta saber se a doutrina Monroe prevalece. A reação deveria ser aliar e não dividir, como eles a concebem.

a terra é redonda

Martín Martinelli é professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidad Nacional de Luján (Argentina).

Publicado originalmente em [Globalización](#).

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[**CONTRIBUA**](#)

A Terra é Redonda